

Sarney: 'Prática contradiz

O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), criticou ontem o presidente Fernando Henrique Cardoso por adotar medidas econômicas que contradizem seu discurso. Segundo o senador, "o patamar astronômico" dos juros, utilizado pelo Governo como instrumento de política monetária, não combina com o discurso de Fernando Henrique, de retomada do crescimento econômico. "É uma posição que, sem dúvidas, pode desembocar na recessão", afirmou.

Ao deixar o Senado para almorçar, Sarney disse que não compete ao Congresso e sim ao Poder Executivo, "responsável pela condução da política econômica do Brasil", colocar as taxas de juros em nível do mercado, já que, segundo ele, mesmo dentro do Governo há restrições às taxas cobradas pelos bancos. "Acho que o próprio Governo e o presidente Fernando Henrique têm se manifestado a esse respeito", enfatizou. "Por isso, acredito que o Governo deve pensar numa política que implique diminuição dos juros".

ção dos juros".

Cacife — Com "cacife" para encaminhar vários votos no PMDB, maior partido da base de apoio do Governo, Sarney ressaltou que esse apoio não vai impedi-lo de discordar e de pedir soluções para as medidas econômicas que considera negativas para o Brasil. "Nosso apoio não importa em deixar de apontar soluções e de sugerir alguma forma de colaboração", frisou. O presidente do Senado entende que há "uma quase unanimidade" no País contrária à adoção das atuais taxas de juros. Ressaltou, porém, que a situação não justifica o apoio ao projeto de lei complementar que está prestes a ser votado na Câmara dos Deputados, que limita a taxa de juros em 12% ao ano.

"Colocar tabelamento na Constituição é de certo modo ineficaz e até mesmo ridículo", reagiu. "É preciso ter em conta que o dinheiro é um dos mecanismos mais sensíveis da economia e está sujeito às leis de mercado".

Planalto alega 'má interpretação'

As críticas do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), a atual política econômica, acusando o Governo de provocar recessão com juros altos, não serão respondidas pelo presidente Fernando Henrique. O Presidente prefere não polemizar com um de seus principais aliados no Congresso. O porta-voz da Presidência, embaixador Sérgio Amaral, disse ontem que Sarney telefonou quinta-feira à noite para o Presidente se explicando. "Ele disse que foi mal interpreta-

do", contou o porta-voz.

Ao ser informado de que o Presidente do Senado continuava, ontem mesmo, a criticar o Governo dentro do Congresso, o porta-voz foi evasivo. "O Presidente recebeu o telefonema do presidente José Sarney, acredita no que ele disse e, mais do que isso, ele é testemunha do esforço que o presidente José Sarney tem feito em apoio à política econômica do Governo, em apoio às propostas do Governo no Senado", encerrou o porta-voz.

discurso de Cardoso

Gerardo Magalhães

Sábado, 24/6/95 • 3



Roseana: "Fiz os projetos como mandaram, mas até agora nada"

Maranhão é a causa da revolta

A insatisfação do presidente do Congresso, senador José Sarney (PMDB-AP), com o governo Fernando Henrique Cardoso não se restringe à alta dos juros, à bronca dos "sarneysistas" interessados em nomear a diretoria da Eletronorte e às divergências em torno do recesso parlamentar. Sarney, segundo amigos, anda furioso porque o Maranhão, ao contrário do que esperava, não recebeu até agora nenhum centavo de União. O Estado do Maranhão é governado por sua filha, Roseana Sarney (PFL).

"No final do ano, vou colocar uma placa na frente do Palácio dos Leões (sede do governo maranhense) comunicando: "Sobrevivemos, apesar de não termos recebido nenhum recurso do Governo Federal", desabafou a governadora, durante reunião quinta-feira com o pai e outros parlamentares no Senado. Roseana foi a Brasília para uma audiência com Fernando Henrique e passou no Senado "para dar um beijo" no pai, como justificou sua presença na reunião da Mesa

Diretora.

Distância — A conversa sobre a falta de dinheiro começou quando um senador perguntou: "Então, minha governadora, veio a Roma buscar dinheiro?" Roseana respondeu: "Pois é, mas não estou conseguindo", lamentou. "Preparamos os projetos, fizemos tudo do jeito que pediram, mas até agora nada".

O distanciamento entre Sarney e Fernando Henrique agravou-se pela reclamação de parlamentares ligados ao ex-presidente, principalmente da bancada da Amazônia, que disputam a indicação da diretoria da Eletronorte. Sarney nunca pediu diretamente qualquer cargo ao Governo Federal, mas seus amigos consideram que ele está sendo desprestigiado quando sua "bancada" não é atendida. Daí a avaliação, feita inclusive dentro do Palácio do Planalto, de que as atitudes do presidente do Senado, nos últimos dias, têm por motivo o que os políticos costumam chamar de "mágoa política".

Senador condena opção governista

A estratégia dos líderes aliados ao Governo no Senado, de obstruir a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) até o dia 3 de julho, para garantir a aprovação em primeiro turno de quatro emendas constitucionais, não tem o apoio do presidente da Casa, José Sarney (PMDB-AP). Ele reiterou ontem que continua defendendo o início do recesso no próximo dia 1º, como manda a Constituição, mas observou que não tem "poder" para impedir a obstrução da votação da LDO. Sarney disse que colocará a lei em votação na quarta-feira, deixando claro que não pretende se aliar à decisão dos líderes. O acordo dos líderes se fundamenta no impedimento constitucional de encerrar a sessão legislativa sem votar a LDO.

Calendário — "A obstrução é um instrumento legítimo do

Congresso", disse. "De minha parte, vou fazer o que manda a lei". Sarney acredita que mesmo sem estender os trabalhos até o período do recesso será possível votar no Senado as cinco emendas da ordem econômica até o dia 15 de agosto. "Estamos com todo gás", ironizou, ao contestar o calendário que inviabiliza a votação em dois turnos, até essa data, da emenda que acaba com o monopólio da Petrobrás. Ele anunciou a votação, na próxima semana, da medida provisória que cria o real, numa tentativa de conciliar a aprovação da proposta com o primeiro aniversário do plano.

O calendário defendido pelo líder do Governo, Elcio Álvares (PFL-ES), abrange a votação em primeiro turno de quatro emendas — gás canalizado, navegação de cabotagem, empresa nacional e telecomunicações — até o dia 3 de julho.